

1  
*Kor?*

---

**ACTA N.º 4 – Sessão ordinária da  
Assembleia Municipal, realizada no dia  
30 de Setembro de 2004**

Pelas nove horas, do dia trinta do mês de Setembro do ano de dois mil e quatro, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a sessão ordinária n.º 4 da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e situação financeira da autarquia;
3. Contracção de empréstimo de Longo Prazo, pelo período de 20 anos, até ao valor máximo de 1.037.322,00 euros, destinado ao financiamento de investimento municipal;
4. Proposta de lançamento do imposto municipal de Derrama e da definição da respectiva taxa para o ano de 2004;
5. Proposta de definição da taxa de Imposto de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sítios no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2005;
6. Inventário e Balanço Inicial – ano de 2004.
7. Proposta de fixação, para o ano de 2005, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) conforme disposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 106º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro;
8. Proposta de alteração ao art.º 16º, da Tabela de Taxas e Licenças em vigor no Concelho, motivada pela necessidade de fixar a taxa municipal devida pelo arquivamento nos serviços municipais da ficha técnica da habitação;
9. Proposta de alteração do artigo 30º da Tabela de Taxas e Licenças em vigor no Concelho, relativas às taxas pelo exercício da caça na Zona de Caça Municipal de Montalegre;
10. Anexação de Terrenos Cinegéticos, não ordenados à Zona de Caça Municipal de Montalegre/Emissão de parecer favorável;
11. Projecto de alteração do regulamento sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços;
12. Alteração do art.º 71º do Regulamento de distribuição de água e drenagem de águas residuais;
13. Designação de Representante ao abrigo da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março;

De seguida passou-se ao registo das presenças tendo-se verificado que estavam presentes cinquenta e sete membros. Não compareceram à chamada os deputados

António Araújo, António Soutinho, Angélica Andrade, António Eduardo Santos, Albino Ribas, Manuel Baptista, Nelson Rodrigues, Fernando Moura, Luís Carril, Pedro Giesteira, José Domingos Ferrage, António Dias e Paulo Barroso.

No prazo legal justificaram a falta à sessão do dia 04 de Junho de 2004 os deputados António Cascais, Maria de Fátima Fernandes, Duarte Calhella, José Diogo Pereira, António Eduardo Santos, Manuel Francisco, João Caldas Rua, Armando Duarte, António Dias e Manuel Júnior.

Não justificou falta à sessão do dia 04 de Junho de 2004 o deputado Fernando Calvão.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

A acta da sessão anterior foi posta à consideração e votação, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção.

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, João Soares, Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos, Alberto Martins, José Coelho, António Ferreira, José Manuel Carvalho, Mário Mendes, Fernando Calvão, Ricardo Moura, Armando Duarte, Alexandre Antunes, Francisco Surreira, Paulo Cruz e Jorge Fernandes.

O Senhor deputado António Cascais referiu que a sessão coincide com um período lectivo que se pretende se inicie de forma normal depois da situação caótica que se viveu. Pediu instalações para o 1º Ciclo do Ensino Básico capazes e adequadas nos vários escalões etários pois onde os alunos estão há falta de condições visto que as necessidades são diferentes de acordo com os vários níveis etários.

Referiu que o Ensino Secundário vai apresentar uma novidade pois vai funcionar sem a área de letras por falta de população, devido à desertificação, mas também por alguma falta de imaginação o que espelha a triste realidade. Este é um problema que deve preocupar toda a gente, forças políticas e entidades responsáveis no concelho, de forma a combater este flagelo.

Pediu informações sobre o processo da EN 103 e pediu, se possível, para se lutar pela rectificação desta estrada de forma a se evitar que Montalegre fique à margem dos meios de comunicação.

Falou do Mosteiro de Pitões, ou das suas ruínas, referindo que a degradação é cada vez maior, nomeadamente nas instalações circundantes à igreja. Sabe-se que a responsabilidade é do IPPAR, mas cabe à Câmara pressionar esta instituição para agir.

Disse que a Câmara deve envidar todos os esforços para resolver a questão da água e do saneamento de Cela e Sirvozelo, duas aldeias do PNPG.

O deputado António Cascais apresentou a seguinte proposta de recomendação:

“Considerando as condições precárias em que é feito o abastecimento de água às povoações de Cela e Sirvozelo, com um caudal exiguo para os poucos habitantes ali existentes, com uma captação e conduta em total insegurança para a saúde pública e porque o abastecimento de água é um direito das pessoas e um imperativo da Câmara proporcionar-lhes tal recurso tão essencial, proponho, ao abrigo do Art.º 9º do Regimento desta Assembleia, que seja aprovado, a título de recomendação à Câmara

Municipal, que esta proceda à realização das obras necessárias para o adequado abastecimento de água àquelas duas aldeias.

Montalegre, 30-09-2004, assina António Cascais”

Disse ainda que vê obras na estrada Montalegre- Padornelos e perguntou porque não se faziam já as obras de saneamento na zona dos Casais da Veiga com uma redução de custos.

O deputado João Soares entregou o seguinte documento à Mesa:

“1º ponto - Chegou-me às mãos um comunicado do PSD contra uns “malandros”, que seriam os da Câmara, que não têm respeito por ninguém.

Este é o estilo anedótico Carril/ Dr.ª Guilhermina Costa para que resvalou e em que se deixou cair aquele que foi um grande partido e o maior partido de Barroso durante muito tempo.

Refere-se nesse comunicado que a Câmara “mais parece um biscateiro” e que só faz “favorzinhos”. É o PSD na sua melhor imaginação.

Mas, já agora, e eu que visitei obras executadas precisamente neste período, e admirado que fiquei pela grande capacidade de execução da Câmara, queria perguntar se são biscatos as seguintes obras e se são favorzinhos, e para quem:

Tapete na estrada de Salto Borralha

Tapete no novo acesso Salto Corva

Tapete de Lodeiro D'Arque aos limites do concelho

Tapete e passeios na rua do carvalho em Salto

Tapete em várias ruas em Seara

Tapete em várias ruas em Tabuadela

Tapete em várias ruas em Beçós

Senhor Presidente, Senhores deputados:

Dizer que isso são “biscatos” e que são “favorzinhos”, isso sim é que é falta de respeito pelos Barrosões.

Mais que isso! É mesmo insanidade política!

2º ponto – Ontem mesmo, fiquei chocado ao ver desfilar em todos os canais de televisão professores transmontanos, reclamando contra a injustiça sobre si causada pelo processo desastroso do concurso de professores. Mais chocado fiquei ao ver, entre eles, professores de Barroso: professores com vinte, vinte e quatro, vinte e cinco anos de trabalho, que sempre serviram o ensino na nossa terra e agora se vêem desterrados para longe: Fafe, Ribeira de Pena, Cerva, etc., ou pior ainda, ficam por colocar.

Com amargura, vêem as escolas das suas terras (Borralha, Salto, Corva, Pereira...) serem ocupadas por colegas vindos não se sabe de onde, que aproveitaram uma lei mal elaborada, para se colocarem no seu lugar, porventura também contrariados e revoltados.

Quero aqui manifestar a minha solidariedade aos colegas de Barroso, injustiçados pelo concurso.

Tudo isto dá para ver que o ano lectivo começa mal e muito mal. E isto porque vem amargamente preparado em condições que são, para muitos, dramáticas e insustentáveis.

Com efeito, o processo de concurso e de colocação de professores para este ano lectivo foi constituído por uma sucessão de falhas, erros, omissões e contradições do Ministério da Educação, como nunca tinha acontecido e que na era das novas tecnologias menos aceitáveis se tomam.

É inaceitável que, depois de tantos erros e faltas de respeito do Ministério da Educação em relação às regras que ele próprio determinou, tenham sido os candidatos ao concurso as primeiras vítimas de um processo em que a sua vida pessoal e profissional está em jogo.

Não pode funcionar bem um ano lectivo que seja assegurado por professores colocados nas escolas com o sentimento de que o concurso em que participaram não foi correcto e leal para com cada um deles. O seu desânimo e a sua revolta estarão permanentemente presentes na sua vida pessoal e profissional, afectando irremediadamente todo o projecto educativo em que se vejam envolvidos.

E os alunos? E as famílias?

Não pode funcionar bem um ano lectivo cuja abertura anormal tem também reflexos ao nível da igualdade entre os alunos. Os alunos que só tiveram professor no início de Outubro ou a meio de Outubro ficarão lesados na sua aprendizagem e em situação de desigualdade perante os outros que começaram a 16 de Setembro, que os houve.

Em consequência, as famílias têm de enfrentar todas as inconveniências de uma abertura escolar irregular e anormal.

Tão irregular e anormal que a Ministra da Educação e o Primeiro Ministro se esconderam a tal ponto que quebraram a tradição de estarem presentes numa qualquer escola deste país, para dar início ao ano escolar.

Meus senhores,

Este contexto não é favorável ao salto qualitativo que o sistema educativo tem de dar.

Temos altíssimas taxas de insucesso escolar e abandono precoce e qualificações mais baixas que todos os países europeus.

Sem mudar este estado de coisas, Portugal não conseguirá romper o cerco da competitividade.

Haverá mal que sempre dure?

Assina, João Soares”

O deputado Acácio Gonçalves deixou um alerta para a sangria das colocações escolares e também da velhice. Disse que a Câmara, passivamente, passa por cima destas coisas. Todos os concelhos fazem alguma coisa por estas duas gerações. Em Figueira de Castelo Rodrigo a autarquia ocupa os mais idosos duas horas por dia para a limpeza e pequenos serviços e dá-lhes 250 Euros por mês, não é muito, mas já é uma ajuda. Aqui, a juventude rompe as calças nos cafés, sem ocupações. Em Boticas e Alfândega da Fé ocupam-se da juventude, pois até dão os livros gratuitamente, Murça dá um subsídio de casamento para ajudar a afixação dos jovens. Perguntou porque é que a Câmara não pode dar um subsídio de nascimento.

Falou da asfaltagem que foi colocada no Rolo e disse que era um desperdício quando há aldeias que nem conhecem obras da Câmara, como é o caso do Alto Fontão e Cervos.

Disse que era uma vergonha que não se passassem cartões de feirante. Quantos mais feirantes vierem, melhor é a feira e mais gente atrai. Disse que a feira quinzenal da sede de concelho não tem os produtos que devia ter. O mercado é pequeno, mas há maneiras de o tornar maior, nomeadamente evitando o estacionamento proibido em zonas comerciais.

Disse ainda que a facturação da água compreende-se, mas pagar por lixo e saneamento quando ele não existe é demais.

Referiu que era triste ver no relatório da administração do matadouro um aumento e diminuição de capital inexplicáveis. Disse que são manobras que não se entendem, mas salienta que se o Matadouro tiver que ir à falência que vá já, quando ainda vale algum dinheiro.

O deputado Domingos Vasconcelos falou na estrada de Ferral a Vila Nova e disse que está a ficar cheia de buracos, baixas no terreno e ainda há pouco tempo foi intervencionada com tapete betuminoso. Deve ser arranjada para não agravar a situação. O tapete é colocado em terrenos lamacentos e depois o resultado é este. Os empreiteiros deviam primeiro fiscalizar se se pode deitar tapete ou não.

Falou da estrada de Paradela e disse que as faixas estão por marcar, as valetas não existem ou, se existem, estão entulhadas. Nas aldeias, as valetas deviam ser limpas regularmente, pois é muito raro ver-se um cantoneiro a fazer esses trabalhos nas aldeias. A freguesia da Venda Nova devia servir de exemplo.

Alertou a Câmara para que pressionasse a EDP para abrir a ponte de Frades ao trânsito uma vez que beneficia várias freguesias. A estrada está feita e por isso não se entende a falta de intervenção da EDP.

O deputado Alberto Martins entregou o seguinte documento à Mesa:

“O PSD já nos habituou aos factos mais bizarros.

Mas, verdade seja dita, está a surpreender-nos todos os dias nesta matéria.

Veja-se o que aconteceu há dias na Assembleia de Freguesia de Salto:

Os membros do PSD deram um louvor por se conseguir que se fizessem aquelas importantes obras na Borralha, já aqui referidas, coisa que nem no tempo da Junta Socialista foi possível, referiram.

E a quem se dirigia o louvor – À Junta de Freguesia do PSD...

Vejam como o aproveitamento político não tem limites...

Não quero falar em contradições desses senhores que estão sempre a dizer mal da Câmara e de tudo o que se faz. Apenas dizer ao senhor Presidente da Junta de Salto e, particularmente da Borralha, de reconhecer a importância e a grande quantidade de trabalho que foi feito neste verão na freguesia e que agradeça a quem o fez – a Câmara Municipal de Montalegre.

Eu também o faço.

Senhor Presidente:

Como Saltense, quero reconhecer o grande investimento que a Câmara levou recentemente a cabo na maior freguesia do concelho, em vários domínios, e que muito contribuiu para o desenvolvimento daquela região e para uma melhor qualidade de vida dos seus cidadãos, e que é um bom augúrio para que a freguesia recupere o prestígio, a importância e a dinâmica que aquela terra vivia e que foi interrompido, precisamente, com a Junta do PSD.

E Senhor Presidente, para isso não é só a freguesia de Salto, mas toda a população do Baixo Barroso que “exige” três obras importantes para servir e trazer mais dignidade às suas populações:

- O Quartel dos Bombeiros de Salto, não pode continuar a ser adiado!
- Uma subestação eléctrica. É uma vergonha o que se passa com a energia eléctrica naquela zona, com avarias e falta de corrente nos momentos mais importantes e de festa.
- Um pavilhão gimnodesportivo para que os estudantes, os jovens, os desportistas e outros, possam praticar desporto. Até porque o inverno é rigoroso na nossa região. Aproveite Senhor Presidente porque na área desportiva o Governo deixa pedir dinheiro! E aproveite para melhorar as instalações desportivas de Salto.

Tenho dito.

Assina Alberto Martins”

O deputado José Coelho disse que quem não se sente não é filho de boa gente. Estamos a um ano das eleições e já estão preocupados em saber quem vai ser o candidato à Junta de Freguesia.

Disse que não convinha esquecer o projecto do Jardim de Infância dos Pisões.

O deputado António Ferreira entregou o seguinte documento à Mesa:

“ Na abertura de um novo ano lectivo, ou antes, no desastre da abertura de um novo ano lectivo, em que a incompetência do Governo está à prova, para além das suspeitas de negócio informático entre o ministério e uma empresa de um ex-ministro do PSD, com a balbúrdia e os prejuízos por todos conhecidos, vale-nos a esperança de que o PS, com a nova liderança de José Sócrates, representa uma nova confiança para a maioria dos portugueses, fartos deste Governo de direita, que tanto tem prejudicado a classe média, os trabalhadores e o mundo rural.

Mas, nesta situação do país, devemos salientar e reconhecer o trabalho da autarquia nesta área como meritório e mesmo exemplar:

- diálogo com os agrupamentos e com os professores procurando encontrar sempre as melhores soluções para alunos e docentes;
- obras e beneficiação na maioria das escolas com um parque escolar praticamente renovado;
- limpeza excepcional de salas de aula e mobiliário renovado em muitas escolas e equipamento de recreio;
- sistema de aquecimento central em vários edifícios e instalação de aquecimento eléctrico no Baixo Barroso;
- computadores e telefones em todas as escolas;
- cobertura de todo o concelho com ensino pré- escolar;
- oferta de refeições a todos os alunos deslocados e ainda aos alunos da Borralha;
- oferta de livros aos alunos mais carenciados;
- oferta de 10 Euros para material de desgaste por cada aluno;
- transporte regular à piscina e a passeios no concelho e outros.

É a responsabilidade a funcionar, é a dignificação da educação patente na acção política. As obras da Câmara sucedem-se...

E quantas mais obras a Câmara faz, maior é o nervosismo, mais se evidencia o atrevimento, a incompetência e o desespero e mais sobe o disparate do PSD!

As grandes obras que transformaram a freguesia de Cabril estão feitas. Mas continuam outras pequenas obras. Não param!

Na freguesia de Covêlo do Gerês, a Câmara desenvolveu obras de acessibilidades importantíssimas de ligação de todas aquelas aldeias e decorreram outras iniciativas neste curto espaço de tempo.

Em Ferral nasceram alargamentos e ruas novas em Vila Nova, e em Ferral e, surpreendentemente, contra as melhores expectativas, foi pavimentado já o troço da estrada de Sacozelo para Reigoso. Uma obra tão desejada, tão necessária, que ainda nem se acredita que está feita. E em tão pouco tempo!

O PSD não tem vergonha e chama a isto “biscatos” e “favores”!

Que triste figura faz quem utiliza esta linguagem para classificar um trabalho tão sério e tão importante como este que está a fazer a câmara socialista!

Mas o povo não tem esta linguagem, nem é ingrato, nem se deixa enganar. Reconhece e agradece o enorme esforço de realização desta Câmara de levar as infra- estruturas e o desenvolvimento às aldeias mais longínquas.

No seguimento do que foi aqui dito pelo prof. Soares eu quero assumir-me de acordo com o PSD.

A Câmara acabou as obras de saneamento, águas e todos os arruamentos na Borralha.

A Borralha, está linda, quem a viu e quem a vê!

Quero agradecer à Câmara esse importante trabalho, trabalho que não se ficou por aí, e vai contemplando também o apoio à reconstrução das casas.

Se o PSD diz que são "favorzinhos", pois então terá razão.

É que o PS ali tem muitos votos e ainda vai ter mais! E esse é que é o desespero do PSD.

"Assina, António Ferreira"

O deputado José Manuel Carvalho disse que a sua intervenção é para dar os parabéns à Câmara pela intervenção que fez na estrada Salto- Linharelhos. Foi tarde, mas está bem recuperada. Parabéns também pela atitude que tomou em relação ao concurso de pecuária aqui de Montalegre. Fez-se um concurso a nível nacional, mas reconheceu-se que deveria haver um prémio particular para o concelho e ainda bem que o fez.

Respondeu ao Prof. Alberto dizendo que este tem a memória curta, porque, neste momento, diz que a Junta de Salto faz aproveitamento político das obras feitas pela Câmara mas esquece-se que o fazia enquanto Presidente da Junta e faz ainda uma coisa mais grave que é mentir pois, no passado Novembro de 2004 realizou-se a votação para o plano de actividades da Câmara e o deputado José Manuel Carvalho e o actual Presidente da Junta de Salto votaram a favor. Disse que o Prof. Alberto escreveu no Correio do Planalto que os dois tinham votado contra, mas ou não viu a votação ou se a viu contou mal.

O deputado Mário Mendes falou das obras da Borralha e disse que estão em fase de conclusão. Deu os parabéns à Câmara pela grande obra que lá se desenvolveu pois é natural da Borralha e sabe o quanto foi importante para os habitantes a intervenção feita. É uma obra muito representativa para todas as pessoas que lá moram. Diminuiu a angústia dos moradores pois não sabiam se iam pagar rendas ou não, têm água, as ruas intermédias e as ruas principais estão pavimentadas e o saneamento foi feito. O PS trabalha! Ainda bem que o poder local existe. Devia-se propor uma visita ao concelho e assim evitavam-se comunicados irrisórios.

Em relação ao problema da energia, disse que este é um problema que só será resolvido quando houver uma subestação em Salto.

O deputado Fernando Calvão entregou o seguinte documento à Mesa:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Câmara

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Foi amplamente divulgado pela comunicação social o resultado de um estudo da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística, que referiu dados previsíveis preocupantes para toda a região, e ainda mais preocupantes para todos os municípios geograficamente vítimas de interioridade, à qual Montalegre não se pode eximir, apesar de alguns esforços que se tem feito.

Estima o referido estudo que os portugueses dentro de quinze anos serão apenas nove milhões e ficarão reduzidos a sete milhões e meio nos próximos cinquenta. A distribuição populacional será, obviamente, pelos grandes centros urbanos e pela faixa litoral.

Esta amputação de dois milhões e meio de indivíduos incidirá, catastrófica e indubitavelmente, sobre os distritos fronteiriços, desde Melgaço a Vila Real de Santo António.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, penso que, de uma forma isenta e responsável, devemos parar, colocar a questão e reflectir sobre as políticas seguidas nos últimos quinze anos.

- Será que o município de Montalegre estará condenado à desertificação?
- Poderemos mudar algo como forma de contrariar as previsões?
- A admissão da veracidade da primeira questão, é para nós intensamente dolorosa
- Mal poderemos imaginar as nossas pacatas e bucólicas aldeias sem gente, plenas de habitações esventradas e com as costelas à mostra, telhados caídos, sem portas, paraísos de silvas e ervas daninhas e sem cuidado de mais ninguém que não sejam os bichos do monte. Aqui e ali uma ou outra casa que recebe a nostálgica visita e trato mensal de um herdeiro sentimentalista, residente algures em Braga, onde labuta.
- E os nossos costumes, tradições, sabores gastronómicos, vida comunitária, a solidariedade e a franqueza barrosãs? Provavelmente condensadas num insensível apontamento ou DVD e amontoadas num recanto poeirento de um qualquer ignoto arquivo.
- E os nossos montes e planícies conspurcados de armazéns de bloco apodrecido, agora inúteis, vestígios de mal aproveitados tempos de volfrâmio projectado?
- Não podemos conformar-nos após a visão de tão negro quadro
- E a Vila? A Vila vive essencialmente de serviços, não sendo necessário recurso a qualquer teorema para sentenciar o fecho do círculo. O vetusto castelo, anquilosado e cheio de maleitas, não terá ninguém que lhe cuide das chagas.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o problema da desertificação do interior nacional tem sido discutido em múltiplos e variados palcos, mas os resultados são magros. As acessibilidades andam a passo de caracol, mas mesmo que estejam instaladas, não constituem, só por si, condição suficiente para que exista investimento e se crie emprego.

A desventura geográfica de outros distritos, incutindo-nos solidariedade e colaboração, não nos deve impedir de caminharmos com as nossas próprias pernas. É necessário estancar o êxodo da juventude com a capacidade de trabalho e procriação, oferecendo-lhes algo na sua terra.

No início do ciclo socialista, há mais de quinze anos, o Senhor Presidente de então, anunciou, num boletim municipal dessa época, a criação de duas eventuais fábricas, uma de sapatos e outra de brinquedos. Não se viu nada. Valeram as boas intenções.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, estamos a valorizar os nossos recursos. É necessário também que optimizemos as políticas municipais. A uma Câmara moderna não deverá apenas exigir-se que crie condições para que os munícipes tenham uma óptima qualidade de vida. É necessário também fixar a população. Não nos parece que seja construindo edifícios de dimensão faraónica, dispendiosos, com encargos de dimensão avultada, que se consegue esse objectivo. Não haverá gente suficiente para usufruir deles diariamente ou, pelo menos, de uma forma rentabilizante.

A uma Câmara moderna também se deve exigir múltiplos contactos pessoais, explorando o seu eventual dinamismo empresarial, contactos com associações de empresários, nacionais ou não. É necessário repensar as regras de cedência de lotes nos espaços industriais municipais e a sua acessibilidade. O traçado e a localização da variante à vila parece-nos inconsequente e desaptado para este objectivo. É preciso ponderar a aplicação de derramas, taxas e IRC sobre as empresas sediadas no município.



Senhor Presidente, deixo aqui as preocupações de um barrosão que gosta da sua terra, vive e trabalha felizmente cá, esperando também deixar cá os ossos. Temos que impedir que o negro quadro que tentei descrever se instale e nos risque do mapa.  
Assina, Fernando Calvão”

O deputado Ricardo Moura disse que ser da oposição é bonito e salutar, mas o que é demais é doença. Se o pavimento da estrada de Padornelos é biscato, por favor Senhor Presidente, faça mais biscatos. Perguntou se em Vilar de Perdizes também se devem favores ou será que o Presidente da Junta já virou. E na Borralha? Será que também houve favoritismos? Não há favoritismos quando há obrigações. Respondendo ao deputado Acácio Gonçalves, em relação à velhice, disse-lhe para que este perguntasse ao Paulo Portas quem é o responsável por uns velhotes receberem tão pouco e outros receberem quantias exorbitantes de 3.600 Euros. O Presidente da Câmara não está alheio a este problema. Quando se faz oposição, que se faça saudável, a pedir mais, a propor mais.

O deputado Armando Duarte, relativamente ao licenciamento dos cães, disse que sabe que há Presidentes da Junta que licenciam cães que são de outras freguesias e chama a atenção pois a lei não permite isso. Sabe-se que há freguesias que estão a praticar taxas mais baixas e por isso pessoas de outras freguesias vão lá licenciá-los. Chama a atenção para a nova lei 313/2003 e 314/2003, no artº12, alínea B, que diz que os detentores de animais devem proceder ao seu registo na Junta de Freguesia da área de residência ou sede. Aconselha a não licenciar os animais noutras juntas de freguesias, pois é ilegal. Assim, e para que não haja discrepância, propõe que se pratique uma taxa única para todas as freguesias.

Dando continuidade à intervenção do deputado Coelho, diz que não tem arte pois não é artista, mas faz algumas obras de arte, se calhar sem a notoriedade que lhe dão as rádios e a comunicação social, mas diz estarem feitas e sem o apoio da Câmara.

A respeito do comunicado e falando do túnel da rua dos Bombeiros, diz, como técnico, que gosta do progresso da terra, mas há muitas maneiras de fazer obras. Se fosse o técnico responsável pela obra não tinha cortado o trânsito todo ou, pelo menos, tinha permitido o acesso pedonal para as pessoas usufruírem das leiras no dia seguinte.

O deputado Alexandre Antunes pergunta quando é que se acaba de calcetar as ruas, quando se fazem os saneamentos que fazem tanta falta e quando fazem a limpeza das valetas.

Disse que teve a oportunidade de falar com o Senhor Presidente da Câmara e pediu análises de água, mas diz que não há possibilidades para fazer análises, em todos os fontanários públicos. Gostava de saber o que se passa.

O deputado Francisco Surreira fez reparos à Câmara, reparos esses que foram motivados por acontecimentos que pouco lhe agrada falar, como a morte de familiares, e teve a oportunidade de verificar alguns erros que passa a enumerar: o acesso ao castelo, o passeio à frente da Misericórdia, umas escadas que há no fundo do parque de estacionamento, os projectores de superfície, um portão, sanitários e matadouro velho. Diz acesso ao castelo porque teve a oportunidade de ver que as pessoas que vão de carro. Sobem e a preocupação é virar logo à esquerda, quanto a ele a melhor solução, pois do lado direito, é estreito, tem estacionamento e se for um carro grande não consegue fazer a manobra.

Em relação ao passeio, junto à casa de herdeiros do Sr. Justino, disse que é um passeio de pedra cerrada e polida o que não fica bem com a calçada portuguesa.

Os projectores têm uns matacões de cimento e com tanta fábrica de pedra, pensa que poderiam ter sido feitos em pedra.

No fundo do parque há umas escadas, por trás do antigo café Far-West, que são uma autêntica lixeira.

Antes da tasca do castelo há ali uma entrada que precisa de um portão e a Câmara tem carpinteiros que o podiam fazer para evitar a lixeira que lá há.

Com uma área tão grande, como é a do castelo, não se admite não haver sanitários por perto.

Pergunta ao Senhor Presidente da Câmara que destino tem o antigo Matadouro.

O deputado Paulo Cruz perguntou aos Presidentes da Juntas se, quando vêm os trabalhos a serem realizados, pensam que são biscatos.

O deputado Jorge Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa:

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre: vem esta Junta de Freguesia de Cervos solicitar, uma vez mais, a V. Exa para que, passados três anos a pedi-las, seja possível concretizar algumas obras necessárias na nossa Freguesia.

Como é do conhecimento de V.ª Exa ainda não tivemos direito a 1 hora de máquinas da Câmara desde que estamos na Junta, desconhecendo nós a razão, já que outras Freguesias foram contempladas, e algumas vizinhas das nossa, por isso a deslocação seria fácil.

Também já solicitamos várias vezes a colocação de tapete na Estrada do Alto de Fontão, que é um caso de necessidade e urgência.

Queríamos ainda alertar para o estado lastimável do Estradão Arcos- Antigo de Serraquinhos que apesar de ser relativamente recente se encontra em péssimo estado de conservação. Bem como o estado da Rua de Baixo em Arcos.

Foi solicitado ao Senhor Presidente da Câmara a colocação de tapete na Rua de Portelinha e no caminho Fundo em Arcos ou então nos fornecesse material que a Junta de Freguesia forneceria a mão de obra, assim como na Rua do Rigueiro do Cortiço, até à presente data, não nos foi dada qualquer resposta.

Senhor Presidente, sem querermos polémicas, antes pelo contrário, queremos colaborar com a Câmara Municipal e seria esta uma forma de haver essa mesma colaboração, mas também gostaríamos de ser respeitados pela Câmara já que tem tomado atitudes que em nada dignificam esta Instituição e vou dar-lhe alguns exemplos.

Nos mês de Agosto de 2003 o Senhor Engenheiro da Câmara Municipal, juntamente com dois elementos da aldeia de Arcos, andava a marcar trabalhos, sem a Junta ser consultada para o que quer que fosse. Nós, por intermédio do Secretário da Junta, informamos o Senhor Presidente da Câmara que não era essa a prioridade da aldeia de Arcos nem da própria Junta e agora esses três senhores não dizem a verdade, apenas dizem que nós não deixamos colocar o alcatrão, o que, como sabe, é meia verdade, já que naquele local não se justificava, mas tínhamos duas ruas onde esse alcatrão devia ser colocado.

Outro caso mais recente, a Junta de Freguesia mandou pintar a Escola Primária de Arcos e colocou umas secretárias mais dignas, já depois de, em Janeiro de 2002, termos colocado um fogão a lenha para melhor conforto dos alunos, tendo consultado o Senhor Vereador Orlando Alves para saber o que deveríamos fazer com o mobiliário antigo. Mandámos limpar a Escola a duas senhoras da Aldeia de Arcos e, quando passados dois dias, aparece uma empresa de limpeza que iria fazer essa limpeza que já tinha sido feita.

Senhor Presidente não pedimos nada de especial, apenas respeito e colaboração, como nós temos tido com a Câmara Municipal.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, termino como comecei, não queremos polémicas, mas não posso deixar de manifestar o meu descontentamento pela forma como temos sido tratados e temos a certeza que não somos merecedores de tal atitude.

Obrigado.

Assina, Jorge Fernandes”

O Senhor Presidente da Assembleia pôs a discussão a Proposta de Recomendação apresentada pelo António Cascais.

O Senhor Presidente da Câmara informou do ponto de situação e disse que a Assembleia não era o local para a requisição de serviços camarários. A requisição desses serviços nomeadamente ramais de água e saneamento faz-se nos serviços administrativos. Se as pessoas fizerem isso, a Câmara faz o trabalho; só não faz o trabalho a quem o não pede, mas não faz o trabalho por reclamação política e partidária. Por isso muito menos, nem que venham os deputados europeus, nacionais ou quem quiser vir, as regras têm que se cumprir. Há regras e são para toda a gente. Pensa que a proposta não tem qualquer fundamento. É uma forma de fazer política não é forma de resolver os problemas.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e António Ferreira.

O deputado António Cascais disse que em qualquer localidade o abastecimento de água é obrigação da Câmara e a captação de água e a conduta são um perigo para a saúde pública. Como no caso do abastecimento de água à Borralha, provavelmente não vieram os moradores da Borralha pedir, cada um por si, referido o abastecimento à rede pública e não há justificação e quem são eles para não pagarem a água. Primeiro têm o bem e só depois se fazem os ramais. Por outro lado, disse que não fez nada para que o Senhor Presidente se abespinhasse pois ao abrigo do artº 9 do regulamento desta Assembleia é da competência da mesma fazer propostas e há um termo da alínea J, que refere propostas de recomendação. Isto não mata ninguém. É um direito das pessoas, por isso mantém a proposta para ver o sinal de vontade desta Câmara.

O deputado António Ferreira disse que é da Cela e, para bem de todos, disse que o deputado António Cascais devia retirar a proposta de recomendação pois não vê quais são os problemas da água de Cela e Sirvozel. Os gastos não devem ser assim tão grandes, mas se as pessoas não querem contadores, acha bem que o Presidente da Câmara não lhes ponha saneamento e água. Disse que o melhor a fazer era evitar-se a votação.

Posta a votação a proposta foi rejeitada por maioria com vinte e quatro votos contra, quinze a favor e três abstenções.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados Alberto Martins, António Cascais, Domingos Vasconcelos e António Ferreira.

O deputado Alberto Martins disse que ficou satisfeito por saber que o Presidente de Junta de Salto também gosta de se colar às obras da Câmara, afectas ao partido socialista. Disse que também o fazia, mas por motivos diferentes, pois orgulhava-se das obras feitas pelos seus.

O deputado António Cascais disse que o partido que representa foi bastante citado nesta Assembleia. Ao deputado João Soares não lhe devolve os termos pelo respeito que tem à Assembleia. Referiu também que estavam contra a forma como foram feitas as colocações de professores, mas regras são regras. Isto era o mesmo que dizer que o Senhor Presidente da Câmara era responsável pelas facturas de água de 300 contos espalhadas pelas aldeias, quando a responsabilidade se deve pedir à gestora do programa de água.

Disse que o comunicado até deu os seus frutos. Foi feito o traçado pedonal enquanto o Senhor Presidente, no local esbracejava. O comunicado valeu a pena. Como se vê a oposição também tem alguns méritos e a função da oposição é mesmo essa.

Afirmou que tudo o que se disse nesta sessão foi engraçado pois levaram-se assuntos nacionais à Assembleia que, embora importantes, devem ser mais insignificantes face aos locais. Parece que houve uma reforma altíssima de um ilustre ex-administrador da CGD, mas não se pode esquecer que a CGD pratica os preços do sector bancário. Também não se pode esquecer que o Senhor Presidente da Câmara é um deles. Beneficiou do estatuto de eleito local para obter uma reforma aos 40 e poucos anos, com todas as regalias que lhe oferece a actividade autárquica, o que acha bem, pois é legal. Há escândalos no país mas também existem na Câmara e isto não quer dizer que esteja a cometer uma ilegalidade, que não se está, mas é uma afronta aos portugueses.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que o comunicado deixou o PS desorientado, bem como a proposta apresentada pelo Sr. Cascais. A votação à proposta foi feita por arrastamento, mas as eleições não se ganham aqui. O eleitorado é que vai dizer quem ganha. A proposta foi muito mal reprovada, mas está na consciência do PS.

O deputado António Ferreira disse que abandonou a sala pois é parte interessada no assunto e está consciente do que fez. Um dos prejudicados era ele, mas nunca lhe disseram que a água era pouca.

Face ao que ouviu, que o erro dos concursos de professores se deve às máquinas, apenas disse que era quase impossível que as colocações nacionais fossem feitas à mão em tempo tão escasso. Ninguém era burro.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes.

O Senhor Presidente da Câmara começou por dizer que em relação às instalações escolares, não vai haver edifícios novos enquanto não houver a definição da carta educativa que está a ser elaborada. Estão todos os municípios do Alto Tâmega empenhados nesse processo que está a ser desenvolvido por uma empresa a quem se adjudicou esse serviço em comum. Tem-se feito muito trabalho, mas só depois desse estudo é que se fazem escolas novas ou não. Não se vão fazer escolas como antigamente. Antes eram precisas escolas em todo o lado, mas hoje faz-se uma escola para os alunos que temos hoje, mas também para os que vamos ter daqui a vinte anos ou então para os alunos que não vamos ter. Por isso não se podem cometer erros, tem que se ser ponderado. Mas, para além disso, há outra questão que é pena que a oposição não reconheça: vão ver as 40 escolas e o parque escolar decente, renovado, com aquecimento central, com mobiliário novo e com material didáctico.

O funcionamento escolar com vários níveis etários foi feito pelo Ministério e é perfeitamente aceitável.

Em relação à EN 103, disse que se recebeu uma resposta e esta fala em reparações e colocação de drenos, quando o que é preciso é curvas alargadas e cortadas, mas relembra que há compromissos políticos para essa beneficiação mais ampla.

O Mosteiro de Pitões está sob a jurisdição do IPPAR e é património da diocese. A Câmara propôs-se a intervir em parceria com o Centro de Emprego, para não deixar cair as paredes e consolidar as ruínas, mas o IPPAR não deixou. Disse que, nesta Assembleia, vivemos um exemplo de política triste. A Assembleia deu a resposta que o PSD merecia. Dentro das regras tudo se resolve, subvertendo-as, não.

Sobre as questões sociais referiu que a nível local há apoios mas que não se pode fazer aquilo que cabe ao Governo. Tem é que se dar o contributo à medida que se pode. Não se pode generalizar pois cria uma injustiça.

O projecto de luta contra a pobreza está a trabalhar em alguns projectos que o deputado Acácio Gonçalves falou. Os alunos carenciados recebem livros, transportes e refeições. Ninguém deixa de estudar por falta de condições e o concelho não ia ter mais gente por se dar mais algum tipo de subsídio.

Disse que os cartões de feirante são passados mediante os lugares disponíveis. O cartão é pago anualmente e os fiscais têm autorização para gerir o espaço livre.

Informou que por indisponibilidade por parte do Eng<sup>o</sup> Justo, as dúvidas sobre o Matadouro não podem ser esclarecidas, mas numa próxima sessão ele irá estar presente.

A estrada de Ferral a Vila Nova foi feita há mais de 10 anos. As valetas são limpas mas exigem manutenção permanente.

A estrada de Paradela não está concluída pois o empreiteiro não fez o que devia, mas já foi notificado.

Falou sobre o Quartel dos Bombeiros de Salto e disse que a Câmara já cumpriu o seu dever. Já comprou o terreno e já deu 150 mil euros. O Governo é que não está a cumprir o protocolo assinado. Irá dizer aos Bombeiros para montarem uma tenda na EN 103.

Referiu que uma subestação é reclamada à EDP, o pavilhão desportivo já está em projecto e que há outras iniciativas a juntar ao muito que se faz em Salto.

Sobre as obras da Borralha, disse que a maior obra não foi a do saneamento e da água, nem das ruas, foi a resolução dos problemas sociais que lá havia. Basta ver o que era a Borralha há dez anos atrás. Dava pena ver tanta gente carenciada. A Câmara fez o Jardim de Infância, dá refeições aos alunos, fez-se limpeza, acabou-se com o cancro que era a Borralha, esta foi a grande obra.

Pensa que a visita de todos ao concelho é uma boa ideia. Referiu que anda há mais de um mês para dar a volta a todas as obras em curso e não consegue acabar.

Disse que o deputado Calvão teve uma intervenção séria. A desertificação é um problema que nos afecta a todos. Não estamos conformados, mas o que nos resta é dar as melhores condições para que as pessoas que queiram investir em Montalegre. Nunca houve fábricas em Montalegre e não é agora que fecham nos outros lados que se virão aqui instalar. O que nós devemos fazer, ou antes, seguir é o caminho de apoio, promoção e divulgação dos produtos locais e dos recursos turísticos. Se não há apoios, para certos investimentos, e isso é verdade. Será melhor perguntar ao Governo o que faz.

Em relação ao "edifício faraónico" disse que era apenas a obra mais importante do concelho. O PSD vai ficar mal na fotografia. Não se aceita que estejam sempre a criticar projectos importantes para o concelho só porque são do PS.

Disse ter mais confiança na experiência do Eng<sup>o</sup> Alvares Pereira do que no Eng<sup>o</sup> Armando. Este conseguia fazer de maneira diferente pois, decerto, não ia fazer nada.

Concorda com as taxas de licenciamento dos cães e perguntou aos presentes qual é a Junta de Freguesia que não precisa da Câmara. Disse que onde era mais fácil ser-se

Presidente da Junta era na Vila, A Câmara fez o recinto do Sr. Da Piedade e o adro da Igreja Nova, apoia nos caminhos, fez todas as obras. Pensa que o Presidente da Junta de Montalegre está a ser injusto.

A Câmara faz análises ao sistema de distribuição de água, mas não se faz a todos os fontanários.

Em relação ao acesso ao castelo, disse que o deputado Surreira tem que se entender com o Presidente da Junta de Montalegre pois foi ele que assim o pediu. O passeio foi sugerido por um arquitecto e aprovado pelo IPPAR. Disse que também realçou esse assunto, mas nada pôde fazer.

A rua dos Bombeiros vai ser nova, vai levar rede de águas e vai ficar ao nível da obra que está a ser construída. Disse que o PSD podia preparar outro comunicado pois a rua ainda vai ficar pior por causa das obras.

Relativamente às reformas, disse lamentar a demagogia do PSD trazer o seu caso, quando podia trazer o de Boticas. Tem 36 anos de serviço e só tem o que a lei permite. Concorde que a lei seja alterada, e o PSD que tem maioria que o devia fazer. No entanto o exemplo aqui deixado não serve para desculpar a vergonhosa reforma de 3.600 contos por poucos meses de trabalho.

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos e Armando Duarte.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que a estrada de Vila Nova a Ferral não é assim tão velha, precisa é de um dreno e a estrada de Paradela deve ser apressada pois torna-se uma estrada perigosa.

Em relação às reformas, disse que foram o PS e o PSD os responsáveis por esta situação. A lei deve ser alterada.

O deputado Armando Duarte disse que apenas deu a sua opinião técnica. A experiência nada tem a ver com a idade. Disse ainda que as obras que a Câmara fez na freguesia são bastantes, mas não se referia a essas. Referia-se àquelas para as quais a Câmara não deu verbas nem ajudas nenhuma.

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 1. Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer todo o expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

### 2. Actividade e situação financeira da autarquia

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório da actividade e situação financeira da autarquia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

**3. Contracção de empréstimo de Longo Prazo, pelo período de 20 anos, até ao valor máximo de 1.037.322,00 euros, destinado ao financiamento de investimento municipal;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Ferreira, Acácio Gonçalves, Ricardo Moura e Francisco Surreira.

O deputado António Cascais disse que o endividamento a longo e a médio prazo ronda os 11 milhões de euros. Isto significa capacidade de pagamento e de recurso ao crédito, mas não se justificam. Houve investimentos (pista automóvel e multiusos) e, tendo em conta a realidade do concelho, verifica-se uma excessividade. Por isso, sancionam o empréstimo, mas não a adjudicação.

O deputado António Ferreira leu um documento que dizia o seguinte: “em 1º lugar, e para que não haja mal entendidos e interpretações deturpadas da nossa posição que noutras situações análogos levaram a acusações infundadas, queremos deixar bem claro que os vereadores do PSD são favoráveis a todas as obras e intervenções da Câmara que levem à melhoria da qualidade de vida da população e desenvolvimento do concelho. Também as obras aqui apresentadas são por nós consideradas, salvaguardando a hierarquia de prioridades que, como é sabido, é muito diferente daquele que está a ser seguido pela Câmara, tendo vindo a assistir ao aparecimento de obras que são feitas e desfeitas, outras megalómanas e outras cujas prioridades se fazem face ao bem estar da população, deixam muito a desejar, desbaratando dinheiros que, se bem aplicados, se evitariam situações como esta. O que nos é apresentado neste papel parece estar controlado, no entanto temos grandes dúvidas e preocupa-nos a dívida a curto prazo e prestação de serviços a fornecedores. O histórico desta Câmara dá-nos direito de pensar, até pelo prazo de utilização de dois anos, que vamos voltar a ver repetidos em ano de eleições: O mesmo desbaratar de recursos acudindo a todos os pedidos para angariação de votos, mesmo que tenha que se colocar alcatrão por cima de giestas e que todo o investimento seja desfeito um ano ou dois depois. De qualquer forma sabemos que este pedido vai passar com os votos da maioria pelo que pedimos ao Senhor Presidente que arranque com as obras de saneamento de Vila Nova de Sidrós, de recuperação das margens do Cávado, não esquecendo, neste último, de fazer o que é importante, despoluir o rio, evitar que aquilo que o está a poluir continue da mesma forma”

O deputado António Ferreira disse que, pelo exposto, a posição dos vereadores do PSD, face a isto que se leu, era que votariam a favor, mas os vereadores votaram contra o empréstimo. Pensa que não é preciso dizer mais nada. É tudo muito claro.

O deputado Acácio Gonçalves disse que, sobre o empréstimo, pouco há a dizer. Mais uma dívida que a autarquia vai contrair. Vai-se contrair empréstimos para os nossos filhos. Podemos pedir menos e fazer mais.

O deputado Ricardo Moura disse que ficava contente e cada vez mais com mais orgulho de fazer parte desta equipa. Nenhum dos presidentes de junta presentes se podem levantar e dizer que não estão a ser contemplados por obras da Câmara. Diz conhecer todas as aldeias e não há uma que não seja beneficiada. Se a Câmara ainda tem

capacidade para fazer obra para os nossos filhos e netos, porque não há- de fazê-lo? Não há dúvida que o ex- Primeiro Ministro fez promessas, mas, passados três ou quatro meses, foi-se embora. Ele ainda tinha ligações com Trás-os-Montes, mas este não nos é nada. Até vão ser os próprios PSD que o vão tirar de lá.

O Senhor Presidente da Câmara, se tem obra a fazer, não se importe nada de contrair essa dívida. Podem chamar-lhe o que quiserem, mas é apenas um barrosão a defender os interesses da terra.

O deputado Francisco Surreira perguntou como é que a Câmara gastou dinheiro no adro da Igreja Nova se aquilo pertence à Comissão Fabriqueira.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que pediu autorização para contrair este empréstimo pois tem a taxa de juros muito baixa e a Câmara tem possibilidades de pagar. Tem de se aproveitar melhor os fundos comunitários para se avançar para o desenvolvimento para gerações vindouras.

Sobre o acordo do adro da igreja, disse que existe um acordo mas foi com o Governo do Eng<sup>o</sup> Guterres que aprovou uma TNS (Trabalho de Natureza Simples) para que se fizessem as obras no adro da Igreja Nova.

Quando se falou numa sociedade difusa, não sabe se o deputado Cascais se estava a referir ao que diz Pacheco Pereira sobre Santana Lopes e do Governo ou se se estava a lembrar duma classificação muito bonita, em termos futebolísticos, que fez o Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso, quando disse que o actual Primeiro Ministro era um misto de Zandinga e de Gabriel Alves.

Sobre o 3<sup>o</sup> ponto da ordem de trabalhos, disse que, nas vozes de alguma gente, a Câmara já tinha ido à falência há muito tempo. A Câmara é desculpa para tudo. Esta Câmara é a que melhor paga e os fornecedores andam sempre a querer fazer contratos connosco. A gestão autárquica tem regras. Quem quer obras vota a favor, quem não vota a favor não tem obras. É simples. Não há fábricas, não há IRC e não há receitas próprias e se não se aproveitar os fundos comunitários é que não se cumpre o nosso dever. Temos que aproveitar as baixas taxas de juros. É verdade que triplicamos a dívida, mas temos aumento da receita seis vezes.

Em relação à pista automóvel, vai-se avançar com a pista de velocidade. Também disse que quando não querem reconhecer a lista de obras e lhe chamam biscatos, já não vale a pena dizer mais nada.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Cascais e Ricardo Moura.

O deputado António Cascais disse que o deputado Ricardo Moura anda a fazer algumas confusões com as instituições bancárias (BIC e BPI)

O deputado Ricardo Moura disse que tudo aquilo que disse foi como barrosão, não foi para ofender ninguém quer em termos pessoais ou profissionais e pediu desculpa pela confusão feita.

**Posta a votação, a proposta foi aprovada por maioria com oito votos contra e quatro abstenções.**

**4. Proposta de lançamento do imposto municipal de Derrama e da definição da respectiva taxa para o ano de 2004;**



O Senhor Presidente da Câmara esclareceu a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais disse que se deviam dar sinais de apoio à instalação de unidades produtivas, comerciais ou quaisquer outras porque não tolera que para se pescar o peixe grande se lance a rede e se pesque também o peixe miúdo. Esta é a constatação, esta é a obrigatoriedade do pagamento do imposto, mais sobre as empresas que apresentam pagamento de IRC.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que não tem qualquer problema em propor esta taxa, mesmo para os empresários locais porque se estes não tiverem lucros, não pagam e se não pagam IRC não pagam derrama. Não vale a pena lamentações, ainda por cima, sem razão.

**Deliberação:** posta a votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinco votos contra.

##### **5. Proposta de definição da taxa de Imposto de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2005;**

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu a Assembleia.

Inscreeveram-se para intervir os deputados António Cascais e Acácio Gonçalves.

O deputado António Cascais disse, mesmo sem receio de ouvir crispações, que propunha o voto contra esta medida pois o tempo ia-lhe dar razão. Há ajustes que devem ser feitos mas não assim, e há duas propostas de taxas de IMI: 0.8 reporta-se a prédios que já foram avaliados e 0.3 a prédios novos.

Houve iniciativa do Governo, discutida na ANMP, discutindo a reforma do património, reduzindo a taxa IMI, mas pensa que há disparidade entre as taxas dos prédios avaliados e novos.

O deputado Acácio Gonçalves disse que na questão do código de IMI, temos que ter em conta a desertificação. Daqui a 10 anos os prédios vão ser novamente avaliados. Os Presidentes de Junta passam declarações sobre imóveis, mas isso dá direito a processos administrativos. As Juntas devem ser justas o mais possível.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não é a pagar pouco que se faz justiça, é a pagar toda a gente. Disse que, com ele como Presidente da Câmara, toda a gente paga as taxas da água e contribuição autárquica e outros. Propõe que haja um ajuste das taxas para que haja maior justiça.

Disse ainda que há outros factores que contribuem para se definir a taxa a pagar. Vais-se ponderar os resultados destas novas taxas, mas este passo tem que ser dado, pois recebe-se menos dinheiro e outras Câmaras optaram pelas taxas máximas, enquanto nós ficamos pelas mais baixas. Não se pode ter obras sem dinheiro. Se não se paga a derrama e a contribuição autárquica, aonde é que a Câmara vai buscar o dinheiro?

**Deliberação:** posta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

#### **6. Inventário e Balanço Inicial – ano de 2004.**

O Doutor Nuno Vaz Ribeiro informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e Acácio Gonçalves.

O deputado António Cascais pediu apenas um pequeno esclarecimento técnico pois não percebe o porquê de se classificar a dívida bancária de curto prazo na conta 23, quando, na sua opinião, devia ser classificada na 23.12.

O deputado Acácio Gonçalves disse que, finalmente, o grande mapa contabilístico saiu. Congratula-se pela apresentação desse balanço e, finalmente, ficou a saber qual a posição financeira e patrimonial da autarquia.

O Dr. Nuno Vaz esclareceu que se utilizava a conta 23 pois o POCAL apontava para esta conta e não para outra.

**Deliberação:** postas a votação, o inventário e o inicial foram aprovados por unanimidade.

#### **7. Proposta de fixação, para o ano de 2005, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) conforme disposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro;**

O Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a lei 5/2004 é um pouco confusa e que as empresas mais atingidas vão ser a PT e a EDP e estas empresas, ao facturarem, vão ter mais uma taxa a discriminar nas facturas e os clientes é que pagam.

**Deliberação:** posta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

#### **8. Proposta de alteração ao art.º 16.º, da Tabela de Taxas e Licenças em vigor no Concelho, motivada pela necessidade de fixar a taxa municipal devida pelo arquivamento nos serviços municipais da ficha técnica da habitação;**

O Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais disse que, tanto quanto julga saber, a proposta que foi indicada pelo técnico era de 10 Euros e a que foi aprovada na reunião de Câmara era de 15 euros. Pensa que há um valor que terá de ser esclarecido. Disse que as pessoas têm

muita dificuldade em obter uma licença de utilização aqui nos serviços da Câmara, por isso pede a sensibilidade dos técnicos da Câmara para terem algum critério no sentido de facilitar a que as pessoas obtenham a licença. É um documento embaraçoso e as pessoas não têm culpa que a lei que vigorava na altura não fosse tão exigente.

O Presidente da Câmara respondeu e disse que o que se pretende é que seja aprovada a taxa indicada pela Câmara e não a do técnico, sendo a taxa de 15 euros.

Em relação ao facilitar as licenças de habitabilidade, disse que não se resolvem os problemas dessa maneira pois se a Câmara facilitasse o problema fica apenas adiado.

**Deliberação:** posta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

**9. Proposta de alteração do artigo 30º da Tabela de Taxas e Licenças em vigor no Concelho, relativas às taxas pelo exercício da caça na Zona de Caça Municipal de Montalegre;**

O Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreevou-se para intervir o deputado José Diogo.

O deputado José Diogo disse que a ideia da associativa é muito boa, mas pensa que as taxas para as pessoas que vêm de fora, devem ser mais caras.

O Presidente da Câmara disse que lhe custou muito meter a Câmara neste projecto porque acha que é um risco muito grande porque, em primeiro lugar, é tudo de graça e daí o atractivo e a pressão sobre a Câmara. A municipal é de graça para os residentes, mas a classe dos caçadores é muito difícil de gerir. Há quem pense que só porque a Câmara se envolve, já há caça.

Mas a caça é um recurso que não é dos caçadores, é um recurso do concelho e que deve ser muito bem aproveitado porque pode ser um recurso realmente importante para uma zona deprimida e pobre como a nossa. A caça é um desporto para gente que tem dinheiro, e se houver caça, o concelho pode receber muita gente. Diz que ele próprio foi a uma zona de caça privada em Madrid para ver naquilo em que se ia meter e decidiu avançar. Tornou-se uma obrigação para a Câmara, primeiro, porque o que fica fora do ordenamento não se caça e, segundo, porque se tem um recurso desperdiçado.

**Deliberação:** posta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

**10. Anexação de Terrenos Cinegéticos, não ordenados à Zona de Caça Municipal de Montalegre/Emissão de parecer favorável;**

O Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveram-se para intervir os deputados João Duarte, Ricardo Moura, António Azevedo, Alexandre Antunes, José Diogo e Paulo Cruz.

O deputado João Duarte disse que os caçadores prejudicam os agricultores pois as agro-ambientais penalizam os agricultores e não vê quais as vantagens dessa associativa.

O deputado Ricardo Moura disse que a 1ª iniciativa foi a do Larouco, sempre foi a do Larouco. Sempre foi associativista e dá-lhe a sensação que em Portugal há portugueses de 1ª e de 2ª, pois para as municipais basta um edital e para as da Junta tiveram que pedir autorizações a vivos e a mortos, de norte a sul do país. Fica triste em dizer isto e diz não ser justo, pois há poder que se sobrepõe a outro.

O deputado António Azevedo disse que a sua freguesia foi das primeiras a entrar neste projecto. O Engº Rui Cruz foi várias vezes a casa dele para assinar, mas ele não assinou sem consentimento de toda a freguesia.

O deputado Alexandre Antunes disse que a Junta de Freguesia de Mourilhe nunca foi abordada sobre a zona de caça municipal.

O deputado Paulo Cruz disse que nos podemos orgulhar de que todos os presidentes de Junta olharam para o bem do concelho. Não se olhou a cores políticas, mas sim ao bem estar de todos os barrosões. É de realçar o exemplo do presidente da Junta da Vila da Ponte que disse que, se era para bem do concelho, entrava no projecto da associativa.

O Presidente da Câmara respondeu e disse que se falou com os Presidentes de Junta que aderiram conscientes do que era mais vantajoso para os residentes. Há também a concordância dos caçadores. Existe um interesse local em defender esta harmonia, em defender este ordenamento cinegético do concelho.

É um investimento que se vai fazer que terá que ser medido a média prazo, terá que ser um trabalho feito a pulso, muito duro, pois é muito difícil conciliar interesses dos caçadores e interesses locais mais amplos com as receitas indirectas dos caçadores de fora, respeitar também os proprietários.

**Deliberação: posta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**

## **11. Projecto de alteração do regulamento sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços;**

O Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e Acácio Gonçalves.

O deputado António Cascais disse que julga estarmos perante um instrumento que vai gerar conflitos. O essencial da questão é que somos uma zona de atractivo turístico e, como tal, devíamos abrir os estabelecimentos. Não basta o castelo estar fechado, quanto mais os comércios.

O deputado Acácio Gonçalves disse que, depois de toda a polémica, o Senhor Presidente da Câmara mudou de opinião. Todos os supermercados foram visitados pela GNR, utilizando o nome do Senhor Presidente para fechar os estabelecimentos.

O slogan na rotunda dos bois sobre o comércio tradicional (“compre no comércio tradicional”) não tem razão de ser uma vez que vamos ter uma grande superfície e com os estabelecimentos fechados, isto não tem muita razão de ser.

O Presidente da Câmara respondeu que mantém a mesma opinião, isto é, que a abertura ao domingo não se justifica completamente. Mas aceitou, como foi sugerido em amplo consenso desta Assembleia, alterar o regulamento. E que o que é aqui apresentado foi solicitado por vários membros deste órgão e que teve a concordância das associações e dos comerciantes locais. Há sim quem dissesse uma coisa e agora diz outra, mas não o Presidente da Câmara.

**Deliberação:** posta a votação, o projecto foi aprovado por unanimidade.

**12. Alteração do artº 71º do Regulamento de distribuição de água e drenagem de águas residuais;**

O Vereador Nuno Pereira informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** posta a votação, a alteração foi aprovada por unanimidade.

**13. Designação de Representante ao abrigo da Lei nº 12/2004, de 30 de Março;**

Foi indicado por unanimidade o deputado António Bernardes Fidalgo como representante ao abrigo de Lei nº 12/2004, de 30 de Março.

**Deliberação:** foi designado o deputado António Bernardes Fidalgo como representante.

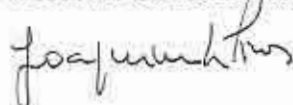
**PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia



O 1º Secretário



O 2º Secretário

